

Miscelânea de Estudos em Homenagem a Maria Manuela Gouveia Delille



Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Centro de Investigação em Estudos Germanísticos
MinervaCoimbra

Título Miscelânea de Estudos em Homenagem a Maria Manuela Gouveia Delille, vol. 2

Coordenação Maria Teresa Delgado Mingocho, Maria de Fátima Gil e Maria Esmeralda Castendo

Fotografia em extratexto Rita Delille

Composição Pedro Bandeira

Impressão G.C. – Gráfica de Coimbra, Lda.

ISBN 978-972-9038-99-0 • 978-989-8007-13-1 • 978-972-798-295-0

Depósito Legal 327619/11

Edição

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
www.uc.pt/fluc

Centro de Investigação em Estudos Germanísticos
cieg@fl.uc.pt

MinervaCoimbra
minervacoimbra@gmail.com

José d'Encarnação
Universidade de Coimbra

A “Escola Alemã” e os estudos de epigrafia romana em Portugal

Desde que, em meados do século XIX, os diversos ramos do saber começaram a ‘transformar-se’ em *ciências*, procurando cada um justificar essa categoria através da identificação de um método próprio, um objectivo bem definido e temática específica, também a História reivindicou para si tal estatuto e, com ela, uma série de outras *ciências* a que, a princípio, se convencionou dar o nome de suas ‘ciências auxiliares’. Estão neste caso a Numismática, a Epigrafia, a Heráldica, a Paleografia...

Hoje, mercê do desenvolvimento científico e do crescente grau de especialização dos saberes, também essas ‘auxiliares’ justificadamente reivindicaram o estatuto de ciências ‘plenas’, com temas próprios, objectivos claros e metodologia adequada.

A Epigrafia assumiu, por isso, paulatinamente, essa condição de ciência autónoma e cedo se compreendeu o interesse dessas “pedras com letras” (cf. Barroca, 2000, I: 4-33), porque eram muito abundantes, se encontravam um pouco por toda a parte, delas se poderiam retirar os mais amplos ensinamentos nos mais diversos campos (cf. Lassère, 2007: 4-14) e, sobretudo, tratava-se de documentos originais, que nos chegavam tal qual haviam saído da mão do seu ‘criador’.

Assiste-se, durante o século XIX, como se sabe, a um redobrado interesse pela chamada Cultura Clássica. A isso não foi alheio Napoleão Bonaparte, quer por se ter coroado imperador, quer por ter criado o estilo Império, numa imitação do que havia sido o esplendor romano. A sua ida ao Egipto e a consequente decifração da escrita hieroglífica por Henri Champollion despertaram redobrado interesse pelas antiguidades; a descoberta de Pompeios, soterrada pelo Vesúvio, com todo um insuspeitado manancial de informação acerca da vida quotidiana ao tempo dos Romanos, fascinou ainda mais o povo e os seus dirigentes, que viam nos imperadores romanos ídolos a imitar.

A vida europeia balançava, já então, entre um Ocidente que a França representava e um Oriente onde a Alemanha não queria deixar louros por cabeças alheias – e a adopção de uma designação como Sacro Império Romano-Germânico é disso prova bem evidente. Os germânicos depressa quiseram lançar bases justificativas das suas ambições políticas de hegemonia europeia, à moda do antigo Império Romano que tudo unificara, com uma só língua, uma só religião, um só direito, um governante

só... Desta sorte, os seus investigadores rápida e facilmente lograram dos governos apoio financeiro bastante para fazerem publicações que pudessem, de alguma forma, justificar atitudes, opções, ideologias... Estamos a recordar, a título de exemplificação, a elaboração de um *Manual das Antiguidades Romanas*, que ficou a dever-se à iniciativa de Theodor Mommsen (1817-1903), um dos grandes apoiantes de Bismarck, e de Joachim Marquardt, manual que depressa foi traduzido do alemão para francês sob a direcção de Gustave Humbert; o tomo 11, intitulado *De l'Organisation Militaire chez les Romains*, de J. Marquardt, foi traduzido da 2.^a edição alemã por J. Brissaud e publicado em Paris, com data de 1891. Aí se explicita – e será interessante sentir o que está por detrás dessa intenção – o conteúdo proposto para o volume: vão considerar-se as instituições militares apenas no seu relacionamento com o conjunto da organização dos serviços públicos (cf. Marquardt, 1891: 2); ter-se-á, pois, em atenção a influência sobre o exército das grandes transformações das instituições políticas; e o autor debruçar-se-á, de modo particular, sobre “um dos mais belos momentos da República, aquele de que Políbio se faz eco e sobre o século I da nossa era” (*ibid.*: 4), precisamente os períodos em que o exército mais dominou, sobrepujando os poderes político e económico...

Esse interesse pelas antiguidades levou à realização de escavações, em que Inglaterra, Alemanha e França se perfilaram de imediato com os seus investigadores, enquanto as comunidades da Península Itálica pugnavam igualmente por um lugar ao sol, tendo em conta, de resto, que no seu seio nascera a civilização romana e o seu subsolo – quer nos campos quer, de modo especial, nas cidades – escondia tesouros incontáveis de há dois milénios atrás. Museus como o Louvre, o British Museum ou o Pergamon receberam, por isso, riquíssimas colecções, amiúde resultantes de tratados políticos gizados entre os governantes.

E se os resultados das investigações arqueológicas a todos deliciavam com as novidades que davam a conhecer, cedo se compreendeu o atrás referido interesse da Epigrafia, até porque, na verdade, a escavação de uma cidade, por exemplo, acaba por fornecer inúmeras epígrafes (Fig. 1), cujos textos continuavam a despertar – como já haviam despertado no Renascimento e no Neoclassicismo – uma curiosidade extrema, pois isso de escrever por siglas e abreviaturas envolvia, sem dúvida, um mistério que só alguns logravam decifrar...

Dessa precoce consciencialização nasceu, de imediato, o projecto de se elaborar um *Corpus Inscriptionum Latinarum*, isto é, uma colectânea que reunisse, cientificamente organizada, todas as inscrições dos Romanos que se fossem encontrando.

A iniciativa francesa

Curiosamente, neste domínio, a França quis também ser pioneira, na sequência de iniciativas idênticas, sem grande resultado, que haviam sido levadas a cabo nos anos e, até, nos séculos transactos, desde, por exemplo, um célebre Gruterus que publicara, em 1607, o primeiro *corpus* de epígrafes latinas na obra *Inscriptiones Antiquae Totius Orbis Romani in Corpus Absolutissimum Redactae* [Inscrições Antigas de Todo



Fig. 1 – Cidade romana da Tunísia, em início de prospecção: os monumentos epigráficos destacam-se logo na paisagem. Fotografia de Helena Frade.

o Orbe Romano Reunidas num *Corpus Absolutíssimo*].¹ Aliás, não haveria aí qualquer motivo de espanto, atendendo a que desde há muito Paris mantinha – e ainda hoje mantém – em plena actividade científica a Académie des Inscriptions et des Belles-Lettres!

Foi do Ministério da Instrução Pública, em 1843 e 1844 dirigido por Villemain, que partiu a ideia de se concretizar o referido *corpus*, tarefa de que foi incumbido, entre outros, o editor Ambroise Firmin-Didot, membro daquela Academia e sogro de Adophe Noël des Vergers, cujo interesse pelos monumentos epigráficos o levava a constituir, na sua *villa* de Rimini, entre 1844 e 1850, uma pequena colecção de epígrafes.

Pensou-se, de início, em recolher apenas as inscrições encontradas em território francês; contudo, “as contínuas descobertas arqueológicas haviam dado a conhecer tamanha quantidade de documentos epigráficos que se tornava desejável, para não dizer necessária, uma recolha total” (Pettraccia, 2006: 42). Por tal motivo, Des Vergers viu-se na contingência obrigatória de ter de recorrer a investigadores estrangeiros que pudessem funcionar como informantes competentes. Para o território itálico, Bartolomeu Borghesi (1781-1860) acaba por ser escolhido como dinamizador dos trabalhos e, daí, a correspondência que trava com Camillo Ramelli, o qual, por seu turno, também já reunira na casa de seus pais, a partir de 1844 e até à sua morte (em 1855), um notável

¹ Faço-me eco, nesta informação acerca da proposta francesa, do que se lê no capítulo “Il carteggio Ramelli-Borghesi e Ramelli-Des Vergers: il progetto francese di un *Corpus Inscriptionum Latinarum*” da obra *Camillo Ramelli e la Cultura Antiquaria dell'Ottocento*, coordenada por Maria Federica Pettraccia (2006: 39-57), em que M. Tramunto se refere a toda a correspondência travada entre o biografado, Camillo Ramelli, e Bartolomeu Borghesi, um dos grandes epigrafistas do século XIX italiano, assim como com Adophe Noël des Vergers.

‘lapidário’.² Aliás, não deixará de ser interessante saber que Camillo Ramelli considera a inscrição uma “fonte primária e imprescindível para a reconstrução histórica de uma cidade, pelo que deve ser submetida a uma análise acurada e consistente” (*ibid.*: 21).

O projecto abalancava-se a reunir “todas as inscrições latinas, pagãs e cristãs, desde os tempos mais remotos até ao final do século VI” (*ibid.*: 48), havendo anotações e explicações sempre em língua latina, pois o *corpus* se queria, na verdade, universal. A correspondência a que M. Tramunto teve acesso mostra como tudo se cuidara ao pormenor, não só em relação ao estudo de cada epígrafe – “o texto, a indicação se ainda existia ou se estava perdida, o local e data do achamento, o actual lugar de conservação, a bibliografia correspondente” (*ibid.*: 51) –, mas, até, à elaboração de índices temáticos pormenorizados.

Iniciativas deste género mantêm-se enquanto há financiamento e vontade política. Assim, avançou consideravelmente enquanto se manteve no poder o ministro Villemain. Escreve Borghesi a Camillo Ramelli, a 20 de Agosto de 1846:

A queda do ministro Villemain arrastou consigo a do grande projecto do *Corpus Inscriptionum Latinarum*, dado que o seu sucessor se recusou a manter os subsídios pecuniários atribuídos pelo primeiro. A princípio, ainda ‘doirou a pílula’ afirmando que um empreendimento de tamanha envergadura carecia de mais tempo para amadurecer, mas tenho boas razões para crer que ora já não pensa mais no assunto. (*ibid.*: 54)

Estava aberto caminho para a Alemanha entrar em campo: os tempos estavam maduros para um projecto assim (*ibid.*: 56) e Teodoro Mommsen não perdeu pela demora: solicitou e obteve da Academia das Ciências de Berlim os financiamentos necessários. E, ao contrário do que planeava Des Vergers, não quis socorrer-se dos notáveis eruditos e epigrafistas locais: chamou para junto de si epigrafistas alemães, a quem encarregou de estudar uma parte do território outrora pertencente ao Império romano. E é na sequência dessa deliberação que surge Emílio Hübner (1834-1891) no panorama dos estudos da epigrafia romana da Península Ibérica.

O labor de E. Hübner³

Depois de, a partir de 1858, ter consultado e organizado a documentação disponível em Berlim, E. Hübner parte para Paris, em Fevereiro de 1860, onde procede a consultas complementares nas bibliotecas e arquivos. Com essas luzes adquiridas, parte para a Península Ibérica, que percorre durante vinte meses, nos anos de 1860 e 1861, viagem

² Na obra atrás citada, reestudam-se precisamente essas epígrafes, num total de 18 (*ibid.*: 103-148).

³ Para este tema, é fundamental a consulta de Le Roux, 1984: 17-31.

de que dá conta nos relatórios que, naturalmente, lhe foram pedidos pela entidade financiadora, a Academia das Ciências de Berlim.⁴

De acordo com os elementos colhidos por Patrick Le Roux, em relação ao território português, Hübner visitou o Sul de Portugal em Junho-Julho de 1861, e em Julho-Agosto andou pela região a Norte do Tejo, por onde, aliás, pouco se terá demorado: “Passou rapidamente em Conímbriga, nunca foi a Chaves e ignorou Trás-os-Montes” (Le Roux, 1984: 20). Daí que tenha compreendido também “a necessidade de garantir localmente o concurso múltiplo de pessoas competentes e formadas” (*ibid.*: 21).

Viu museus; vasculhou tudo o que sobre inscrições poderia encontrar em bibliotecas e arquivos, designadamente obras manuscritas de mui difícil acesso noutros lugares; falou com os eruditos locais e com os investigadores nacionais, com os quais, aliás, manteve depois ampla correspondência.⁵

O I volume do *Corpus Inscriptionum Latinarum* (= CIL) da Península Ibérica veio a lume em 1869, editado, como se disse, pela Academia das Ciências de Berlim; o II (Suplemento e índices muito desenvolvidos), em 1892.

As inscrições estão reunidas por províncias romanas: *Lusitania*, *Baetica*, *Hispania Citerior* (ou *Tarraconense*); e, em cada província, pelas divisões administrativas a seguir, que são os *conventus*.⁶ Cada capítulo corresponde *grosso modo* a uma divisão administrativa romana. E sublinha-se *grosso modo* porque, como se compreenderá, a questão dos limites é sempre muito controversa, não concitando opiniões unânimes. No que concerne ao *conventus Pacensis* (e só em jeito de exemplificação), a sequência foi a seguinte, de Sul para Norte, precisamente de acordo com a viagem empreendida: *Ossonoba* (actual Faro), *Balsa* (perto de Tavira), *Myrtilis* (Mértola), *Metallum Vipascense* (Aljustrel), *Mirobriga* (mui verosimilmente, Santiago do Cacém), *Salacia* (Alcácer do Sal), *Pax Iulia* (Beja), *Ebora* (Évora), Vila Viçosa, Elvas, *Ammaia* (Portalegre, Marvão e vizinhanças), *Aritium Vetus* (zona a sul de Abrantes).

Existem três numerações das páginas: a numeração árabe respeita ao texto propriamente dito; a numeração árabe com asterisco refere-se às páginas das inscrições falsas; a numeração romana indica as páginas de introdução. E o suplemento continua a numeração do I volume.

⁴ No que concerne à viagem em território português, temos um excerto desses relatórios nas *Notícias Archeológicas de Portugal*, que foi traduzido por A. S., “por ordem da Academia Real das Ciências de Lisboa”, e por essa entidade publicado em 1871.

⁵ Veja-se, entre outra, a que já se encontra publicada: Cardozo, 1947; Coito, 1999 (rol das cartas de Hübner a Leite de Vasconcelos, de 1888 a 1900).

⁶ O território hoje português estava maioritariamente compreendido na província da Lusitânia, a sul do rio Douro, porque a norte desse rio já tínhamos a *Hispania Citerior* e o Minho estava no *conventus Bracaraugustanus*, enquanto Trás-os-Montes se partilhava por outros *conventus* de parceria com o território hoje espanhol. Entre o Douro e o Tejo ficava o *conventus Scallabitanus*, cuja capital era *Scallabis*, de localização quase segura em Santarém, e a zona oriental – sensivelmente, boa parte da actual Beira Interior – poderia estar integrada no *conventus Emeritensis*, da capital da província, *Emerita Augusta* (Mérida), cujo termo também abarcaria parte do Nordeste alentejano. O Alentejo ficava no *conventus Pacensis*, com capital em *Pax Iulia* (Beja).

As inscrições identificam-se por números árabes e, por isso, a citação faz-se sempre por esse número; assim, CIL II 5002 é a inscrição n.º 5002.

Sirva-nos de exemplo o que Hübner escreveu acerca de uma epígrafe dada como proveniente de Alfeizerão (Fig. 2).

357 Alfeizarão 'na villa, junto a huma ermida de S. Mauro, serve de pé a huma cruz de pedra' Britto.

D · M · S
 I V L I A E · M A
 R C I A N A E
 A N N O R · L X
 5 I V L I A · R E C E P
 T a · F I L I A · M A
 T R I · P I E N T I S
 S I M a e
 P · C

Britto ed. I 1 f. 244, ed. II 1 p. 319 qui vidit (inde Levy 219, 503).

Traditur 5 RECEP | TAE, 7 PIENTIS | SIMEM.

Fig. 2 – Ficha do CIL II relativa à inscrição n.º 357.

Depois do número de ordem (357), a localidade – aqui grafada Alfeizarão – e informação mais pormenorizada acerca do contexto do seu achamento, a partir do que escreveu Frei Bernardo de Brito: “na vila, junto a uma ermida de S. Mauro, serve de pé a uma cruz de pedra”.

O texto é apresentado em capitais seguindo a ordem das linhas; como são mais do que cinco, lá está esse número a assinalar a linha 5, para melhor identificação das linhas na leitura e interpretação. As letras minúsculas, em itálico, mostram o que o autor considerou dever ler-se na pedra, em vez da leitura dada por Bernardo de Brito – e essa é a informação que vem no final: interpreta *Ta*, em vez de TAE e *SIMae*, em vez de SIMEM.

As referências bibliográficas estão reduzidas ao máximo, como convém num trabalho deste género. Tal redução implica, contudo, que haja no volume o rol da bibliografia utilizada; e Hübner apresenta-a, por ordem alfabética, não deixando de tecer sobre cada obra um breve comentário a justificar a sua importância. Trata-se, no caso vertente, da conhecida *Monarquia Lusitana*, de Frei Bernardo de Brito, sobre a qual, aliás, Hübner não deixa de tecer comentários, inclusive no capítulo que trata da região de Alcobaça, pois o monge dá à região onde se situa o seu mosteiro uma importância maior ao tempo dos Romanos, não se coibindo de forjar algumas inscrições precisamente para mais realce ainda ter. Esta, porém, pela sua simplicidade – o epitáfio de uma mulher, Júlia Marciana de seu nome, falecida aos 60 anos, mandado lavrar pela filha,

Júlia Recepta – não suscita ao investigador alemão qualquer suspeita. De resto, o próprio Bernardo de Brito, que ao monumento se refere por duas vezes, parece dar a entender que o vira com os seus próprios olhos (“qui vidit”, escreve o epigrafista alemão): “Além destas pedras está outra comprida, e de letras mal polidas na própria vila junto a uma ermida de S. Mauro, e serve de pé de uma cruz de pedra, onde se contém o seguinte.” (Brito, 1597, I: 244).

Teve Hübner informação de que um outro investigador, Levy Maria Jordão se baseara em Brito (“inde”, daí) e também incluía a epígrafe no seu livro, sob o número 503 (cf. Jordão, 1859, I: 219).

E, em traços gerais, é este, na sua simplicidade mas de extrema eficácia e grande clareza, o esquema habitual de cada ‘ficha’, ainda que, noutras, Hübner, sempre que necessário, se não coíba de formular as suas dúvidas, as hipóteses de interpretação, tendo sempre o cuidado de assinalar os textos que viu (“descripsi”, como ele menciona), e os de que apenas teve conhecimento indirecto.

Escusado será dizer que essa eficácia resultou muito bem, até porque o facto de, pela primeira vez, se verem reunidos os documentos epigráficos de um local teve duas consequências imediatas: primeiro, deu a possibilidade de se verificar se outros monumentos havia e que ali não tinham sido incluídos; segundo, suscitou a curiosidade dos investigadores locais no sentido de procurarem monumentos idênticos. E os bem elaborados índices constituem, ainda hoje, um enorme manancial, de consulta imprescindível. Veja-se a actualidade desse expediente pois que há, ainda, um índice geográfico, com as coordenadas para localização dos lugares de achamento das epígrafes nos mapas do final do 2.º volume.

A edição do CIL acarretou, pois, um amplo movimento de procura de epígrafes, um pouco por toda a parte. E os investigadores nacionais não quiseram deixar os seus créditos por mãos alheias: antes de as comunicarem, como se tinham comprometido, ao sábio alemão, diligenciaram na sua publicação prévia. Francisco Martins Sarmiento, que começou a editar, em 1884, a *Revista de Guimarães* e que também usou para dar a conhecer inscrições inéditas o *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes*, de Lisboa;⁷ A. C. Borges de Figueiredo, que criou, também em Lisboa, no ano de 1887, a *Revista Archeologica e Historica*; Leite de Vasconcellos, que dirigia a revista *O Archeologo Portuguez*, em fascículos mensais, cujo 1.º veio a lume em Janeiro de 1895 – foram, entre outros, os correspondentes de Hübner que publicaram primeiro e facultaram depois, num amplo movimento de ‘entusiasmo’, digamos assim, pelos achados epigráficos.

Com todas essas achegas saiu, como se disse, o suplemento do CIL em 1892 e Hübner continuou a recolher elementos que viria a publicar, num primeiro aditamento (“Additamenta nova ad corporis volumen II”), na revista alemã da especialidade, *Ephemeris Epigraphica* (8, 1899: 351-528). E deixou muitos dados que o seu continuador, Herman Dessau, sob idêntico título haveria de publicar, no n.º 9 (1913: 12-185).

⁷ Veja-se, a título de exemplo, a série de artigos sob o título “Inscrições inéditas” que aí publicou em números de 1883 e 1884.

A investigação após Hübner

As descobertas, porém, não paravam, indiferentes (diríamos) à I Grande Guerra e suas desastrosas consequências, inclusive no domínio científico e cultural. Urgia, por outro lado, proceder a revisões quer de leitura quer de localização das epígrafes, pois se haviam apurado, entretanto, os processos de análise e de interpretação. Por isso, a Academia encarrega Lothar Wickert de proceder a essa revisão. Wickert publica “Bericht über eine zweite Reise zur Vorbereitung von CIL II, Suppl. 2” (*Sitzungsber. der Preuss. Akad. der Wiss. Philos. – Histor. Klasse*, 32, 1931: 820-844); contudo, o projecto do II suplemento, pelas contingências político-económicas, acaba por não ser levado ao fim.

E só muito tempo depois, na sequência de uma reunião havida em Konstanz, a 16 e 17 de Dezembro de 1977, em que estiveram presentes epigrafistas alemães e espanhóis, se gizaram as primeiras regras a que deveria obedecer a elaboração do novo suplemento ao CIL II.

Seguiram-se algumas diligências para pôr de pé o projecto e, a 30 de Março de 1979, na delegação de Lisboa do Instituto Arqueológico Alemão, celebrou-se um acordo nesse mesmo sentido, envolvendo investigadores alemães, espanhóis e portugueses, a que procurei associar de imediato, para a zona a norte do Douro, Alain Tranoy e Patrick Le Roux.⁸ A ‘Kommision für Alte Geschichte und Epigraphik des Deutschen Archäologischen Instituts’, de Munique, ficou a superintender na iniciativa e Armin U. Stylow seria encarregado de orientar os trabalhos, a partir de Madrid e, depois, a partir de Alcalá de Henares, cuja Universidade deu facilidades para aí funcionar a sede do projecto.

Recordar-se-á, a propósito, que os estudos epigráficos conheciam, na altura, grande incremento um pouco por toda a parte e, designadamente, na Península Ibérica.⁹

Assim, no caso português, dando início ao projecto, percorreu-se o País de lés a lés, numa missão fotográfica que se procurou fosse o mais exaustiva possível e começou-se a elaboração de fichas. O facto de se descobrirem – inclusive devido à actividade dos estudantes no âmbito da cadeira de Epigrafia Latina – inúmeros monumentos

⁸ A. Tranoy preparara a sua tese de doutoramento sobre a Galiza romana, que viria a ser publicada (Tranoy, 1981) e P. Le Roux estudara o exército romano na Península (Le Roux, 1982), tendo feito, desde cedo, equipa com A. Tranoy no estudo da epigrafia do Minho e de Trás-os-Montes.

⁹ Não foram alheias a esse renascimento dos estudos epigráficos as facilidades concedidas no seio da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, quer através da leccionação da cadeira em regime anual, a partir do ano lectivo de 1975-1976, quer por – no âmbito da actividade desenvolvida, em colaboração com a Universidade de Bordéus III (Centre Pierre Paris) – se ter promovido a publicação, em 1976, do volume II das *Fouilles de Conimbriga*, dedicado à Epigrafia daquela emblemática cidade romana, precedido pela edição do livro *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal*, que constituía a minha dissertação de licenciatura (cf. Encarnação, 1975).

inéditos levou à proposta de se editar, a partir de 1982, uma revista, o *Ficheiro Epigráfico*, expressamente para dar guarida à sua publicação.¹⁰

No âmbito deste projecto de profunda revisão a que se está a proceder das epígrafes da Península Ibérica (*editio altera* do CIL II) – que acarreta, como se calcula, gastos consideráveis – já se encontram publicados os seguintes novos fascículos, sempre redigidos em latim: em 1995, o primeiro, dedicado à parte meridional do *conventus Tarraconensis* (CIL II²/14), da responsabilidade de Géza Alföldy *et alii*, e o relativo ao *conventus Cordubensis* (CIL II²/7), organizado por Armin U. Stylow; em 1998, da responsabilidade de Armin U. Stylow *et alii*, o CIL II²/5, referente ao *conventus Astigitanus*.

A revisão em curso – um exemplo: CIL II 115

O *Corpus Inscriptionum Latinarum* constitui, como se deu a entender, profundo manancial, que ora nos cumpre aprofundar e rever.

Uma inscrição como a de Alfeizerão, que nos serviu de exemplo, necessita, hoje, de ser encontrada, a fim de se avaliar da sua autenticidade, uma vez que a fonte única em que Hübner se baseou foi Frei Bernardo de Brito, inventor, como André de Resende, de inscrições romanas, desde que susceptíveis de contribuírem com alguma mais-valia para o prestígio, neste caso, de Alcobaça e do seu termo.

Do ponto de vista do conteúdo, apenas pode suscitar alguma perplexidade o facto de mãe e filha deterem o mesmo gentílico, *Iulia*, sintoma de que pertenceriam à mesma família; o habitual é a filha ter o gentílico do pai. Essa identidade ocorre, de modo especial, quando estamos perante libertos da mesma família, que assumem, devido a tal condição, o gentílico de quem os libertou. Aqui não parece ser esse o caso, até porque os cognomes de ambas – *Marciana* e *Recepta* –, ainda que não muito frequentes,¹¹ não indicam estarmos perante libertas, que teriam, mais verosimilmente, cognomes de etimologia grega.

A autenticidade da inscrição – que se saiba – não tem sido, todavia, posta em dúvida e, agora, há que rever a documentação relativa a Alfeizerão para se obterem algumas pistas que nos possam esclarecer qual o (des)caminho que a pedra levou, se é que ainda se não mantém no local.

Uma outra questão que com ela se prende é determinar qual teria sido o seu contexto arqueológico inicial. Jorge de Alarcão, no seu *Roman Portugal* (1988, vol. II, fasc. 2, 5/32: 113), sugere que poderá ter provindo da vizinha Pedrógão, da mesma freguesia de Alfeizerão, onde, segundo o testemunho de José Carvalhaes (1903: 90-93) se

¹⁰ Editada em números de 16 páginas, a revista atingiu, em 2006, o n.º 84, tendo dado a conhecer um total aproximado de 400 inscrições inéditas. Um primeiro balanço da sua ‘missão’ foi por mim apresentado (Encarnação, 1988).

¹¹ Segundo Abascal Palazón (1994), de *Receptus* há apenas mais dois testemunhos peninsulares (p. 482) e de *Marcianus* é que há pouco mais de 40 (p. 413s.).

identificou “cerâmica de construção, um peso de tear, um peso-padrão de bronze, um sarcófago de pedra, liso” (Alarcão, 1988: 5/33).¹²

Vejam, por consequência, um outro caso, que se nos afigura mais significativo.

Publicou E. Hübner, sob o n.º 115, uma epígrafe copiada de André de Resende, que a dera como “descoberta juncto a hum edificio destruido por o caminho de Montsaraz; vulgarmente chamamlhe Meskita” (Resende, 1963: 28s.). Daí fora transferido o monumento para a praça principal de Évora, onde Pérez Bayer a viu (“en la fuente de la plaza”, escreveu) em 1782.¹³

Depois de transcrever o texto, de acordo com a leitura que fez (“descripsi”) no próprio local, onde, ao seu tempo, a pedra ainda se encontrava (“ibi extat”), acrescenta de imediato: “genuinam iudicavi”, “considerarei-a autêntica”. Contudo, tendo submetido o texto à apreciação de Mommsen, este apresenta logo as suas dúvidas: “Vereor ne haec quoque ficta sit (...)” e sugere, de imediato, uma passagem de Vegécio (2, 7) em que, mui verosimilmente, Resende se poderia ter inspirado: “Torquati duplares, torquati simplares, quibus torques aureus solidus virtutis praemium fuit, quem qui meruisset, praeter laudem interdum duplas consequebatur annonas”. E prossegue: “Certe hastatus simpliciter rarissime invenitur (...) soletque fere addi aut priorem posterioremve eum esse aut cohortis indicatio. Praeterea seviri iuniores vix reperiuntur exceptis Mediolanensibus, quos ex Apiano (v. c. 32, 2) et Choleri de eis excursu (Apian. p. XLVI) noverat Resendius”.

No suplemento ao CIL (p. 805), Hübner volta ao assunto: “Titulum falsum esse dudum intellexi, i. e. a Resendio confictum fortasse ad exemplum tituli vol. V 4365. Damnavit eum Mommsenus *Eph. Epig.* IV 1881 p. 238 adn. 2”. Ou seja: “Há muito que percebi que a inscrição era falsa, isto é, forjada por Resende, quiçá a exemplo da inscrição n.º 4365 do vol. V” do *Corpus Inscriptionum Latinarum*. E acrescenta que o próprio Mommsen voltara a debruçar-se sobre o assunto, reiterando a opinião de que se estava perante um monumento forjado.

Quando estudei a epigrafia do *Conventus Pacensis*, incluí-o, pois, entre as inscrições não-autênticas, dando a sua leitura interpretada e a tradução (Encarnação, 1984: 443):

D(iis) M(anibus) S(acrum) / C(aio) · ANTONIO · C(aii) · F(ilio) · FLA/VINO · VI VIRO (seviro) · IVN(iori) / HAST(ato) · LEG(ionis) · II (secundae) · AVG(ustae) · TORQ(uem) / ⁵ AVR(eum) · ET · AN(nonas) · DVPL(as) · OB · VIRT(utem) / DONATO · IVN(ia) · VERECVN/DA · FLAM(inica) · PERP(etua) MVN(icipii) · EBOR(ensis) / MATER · F(aciendum) · C(uravit).

[Consagrado aos deuses Manes. A Gaio António Flavino, filho de Gaio, sêxviro júnior, lanceiro da 2ª Legião Augusta, premiado pela sua valentia com um

¹² Sobre os vestígios romanos em Alfeizerão, cf. Mantas, 1986: 213-225, sobretudo p. 224, nota 44. Vasco Mantas não se refere, porém, a esta epígrafe.

¹³ D. Francisco Pérez Bayer, arceidiogo da catedral de Valência e bibliotecário-mor da Real Biblioteca de Madrid, fez, em 1782, uma viagem de estudo a Portugal, tendo copiado inúmeras inscrições antigas. Do seu relato restam-nos dois manuscritos, um na Biblioteca Nacional (Fundo geral de manuscritos, n.º 342) e outro na Biblioteca da Academia das Ciências.

colar de ouro e soldo dobrado. A mãe, Júnia Verecunda, flamínia perpétua do município eborense, mandou fazer].

E, já agora, demos também conhecimento da versão de André de Resende, que refere esta inscrição para provar que existiu na sua terra natal, Évora, “mais uma flamínica”:

Sepultura sagrada aos deuses Manes. A C. António Flavino, filho de Gaio, um dos seis varões mancebos, cavaleiro de lança da legião segunda augustal, que pela sua valentia foi premiado de um colar de ouro e soldo dobrado, Júnia Verecunda, flamínica perpétua do município de Évora, sua mãe, lhe mandou fazer esta sepultura. (Resende, 1963: 28s.)

Frei Bernardo de Brito não poderia deixar de aludir também a este letrado, no âmbito dos soldados “portugueses” que, ao tempo de Trajano, combateram “nas legiões”:

Outra memória há em Évora de um soldado português que militou em uma dessas legiões chamada II Augustal, o qual, se não fez tanto serviço à sua pátria, ao menos por concorrer neste e ser valoroso merece que façamos menção dele. (Brito, 1609: f. 59)¹⁴

Voltando ao que escrevi acerca desta epígrafe, direi que, em comentário, me limitei a referir, em síntese, os argumentos aduzidos por Hübner e por Mommsen, que – confesso – não aprofundi, por me parecerem suficientemente eloquentes e dentro do que eu próprio conhecia do modo de ‘trabalhar’ de André de Resende. Aliás, por esse mesmo motivo, aquando da minha lição de agregação, a 25 de Junho de 1990,¹⁵ limitei-me a dar sobre o assunto ligeiras achegas mais:

Do ponto de vista formal, tudo parece correcto. Esperar-se-ia uma ara, mas como há uma forte conotação honorífica no texto...; a molduração profusa não obedece aos cânones estéticos habituais, mas lá está, segundo um eixo de simetria, a consagração aos deuses Manes; a fórmula final F · C ·; os E com as barras iguais... O pior é, de facto, a fraseologia: o uso de abreviaturas e de frases e palavras que são do domínio literário. Para além da circunstância de os sêxviros serem recrutados entre os libertos e Flavino vir identificado como *ingenuus*... E André de Resende [*vd.* Fig. 3] teve mesmo o cuidado de mandar esculpir, do lado direito, um jarro e, na face lateral esquerda, uma pátera – quase à maneira romana, porque o jarro é habitualmente do lado esquerdo e a pátera do lado direito. (Encarnação, 1998: 49)

¹⁴ A expressão “tanto serviço” alude ao outro soldado de que falara imediatamente antes, L. Vocónio Paulo, também memorado numa inscrição forjada por Resende (CIL II 18*). Ao tempo de Trajano, esclarece B. de Brito, “houve uma rebelião na Península e vieram legiões, onde se incorporaram muitos Portugueses”...

¹⁵ Cf. Encarnação, 1991, 1998 e 2002.



Fig. 3 – O monumento dedicado a C. António Flavino.

Repito: considereei que os dados apresentados eram suficientes para justificar a opinião expressa por Hübner e que eu próprio ratificara. Não é de admirar, portanto, que Farland H. Stanley Jr. (1994) tenha voltado ao assunto – até porque desconhecia, naturalmente, os meus textos posteriores – para reclamar a autenticidade da epígrafe, baseando-se, como não podia deixar de ser, no facto de, afinal, todos os argumentos apresentados quer por Hübner quer por Mommsen não terem validade, pois outros exemplos havia do uso dessas expressões.

Começa Farland H. Stanley Jr. por afirmar que a razão fundamental para se considerar falsa a inscrição era o facto de André de Resende ser tido na conta de um falsificador, dando a entender, por isso, que, afinal, todos (Mommsen, Hübner e eu próprio) haviam sido cegamente influenciados, pois nem tudo o que ele reportara seria necessariamente falso. Nunca tal se disse e muitos são os textos dados a conhecer por André de Resende que temos na conta de autênticos.

Mas vejamos, em síntese, o pensamento de Farland H. Stanley Jr., que procura invalidar todos os argumentos esgrimidos até ao presente:

Se constata que tanto las condecoraciones como los premios con los que ha sido galardonado: *torq(ue) aur(eo) et an(nona) dupl(a) ob virt(utem) donato*,¹⁶ fueron habituales desde finales de la República hasta época severiana, período al que podría corresponder este epígrafe – según documenta V. A. Maxfield¹⁷ se conocen otros casos parecidos; por otro, la especificación *prior* en el grado de *prior hastatus* no es necesaria para indicar el rango de *Antonius Flavinus* como *'prior' hastatus*, lo que es suficientemente conocido para no suponerlo una invención. La máxima sospecha radica en la mención del único *sevir iunior* conocido en *Hispania*. Este cargo está relacionado con la celebración de unas antiguas ceremonias ecuestres denominadas *ludi Troiae* y conectadas con los *ludi Saeculares*, con abundante documentación en *Mediolanum*. Es probable

¹⁶ Por lapso, *HEp* traz: *an(norum) (nona) dupl(a)*. E cita, na bibliografia, IRCP B quando deveria ser IRCP p. 443.

¹⁷ Cf. Maxfield, 1981: 248.

que *Flavinus* fuera el magistrado encargado de celebrar los *Troia* en su localidad, reflejo e imitación de la tradición augústea que estaba siendo recordada por Septimio Severo cuando celebró los *ludi Saeculares* el 204 d. C. Los miembros de la *legio II Augusta*, en la que sirvió *Flavinus*, fueron reclutados tanto en *Hispania* como en *Mediolanum*, donde se atestiguan la mayoría de los *seviri iuniores* conocidos. Finalmente, la dedicante de la piedra, su madre *Iunia Verecunda, flaminica perpetua municipii Eborensis*, estaría dentro del grupo de las nueve sacerdotisas documentadas en *Hispania*, que han sido denominadas *flaminicae perpetuae*, y, por otro lado, no es la única vinculada a festividades ecuestres”.¹⁸

Concordo inteiramente com tudo o que Farland H. Stanley Jr. escreve. Tem total razão: há exemplos de textos epigráficos em que se documentam expressões semelhantes e, até, iguais. Contudo, essa não é a questão! Com efeito, se algum interesse histórico teve o que escrevi, a propósito das inscrições forjadas por André de Resende, foi o de mostrar que o Mestre se servira de textos autênticos – quer epigráficos quer literários – para formar as suas próprias inscrições, dando-lhes um ‘ar’ de perfeitamente autênticas!

Na verdade, o que realmente interessa não é saber da viabilidade de essas expressões aparecerem em textos epigráficos: é o contexto em que a pretensa inscrição é dada a conhecer!

Em primeiro lugar, André de Resende tem o cuidado de dizer que ela aparece fora da cidade, nas ruínas de um lugar a que chamam Mesquita. Trata-se, sem dúvida, do sítio onde actualmente, na estrada de Évora para Reguengos, depois do cruzamento para S. Manços, se encontra o Monte da Mesquita.¹⁹ Interessava que viesse de um sítio ‘estranho’, pouco conhecido, mas cuja nomenclatura e cujos vestígios pudessem dar um ar de certa antiguidade...

Depois, apesar da enorme importância que o humanista lhe atribui, não a refere nas suas *De Antiquitatibus Lusitaniae*, mas sim no texto em que tece os mais amplos louvores a Évora e às suas gentes e ao heroísmo dos Lusitanos nas lutas comandadas por Viriato e por Sertório. De facto, registre-se, esse texto não está só: vem no seguimento da referência a L. Vocónio Paulo, por exemplo, e ninguém duvida hoje de que também esse é um monumento forjado.

Heroísmo dos soldados “portugueses” – como vimos que Frei Bernardo de Brito lhes chama – e notabilidade de Évora, pois, assim, passa a dispor de mais uma flamínia perpétua (como se esse título fosse facilmente atribuído...). E o seu filho tinha que

¹⁸ Cf. *Hispania Epigraphica (=HEp)*, de Madrid, n.º 6, 1996, sob o n.º 1039.

¹⁹ Em IRCP, escrevi “mesquita”, dando a entender que poderia ter ali existido algo passível de ser considerado um templo muçulmano; obtive, agora, informações mais correctas: trata-se, efectivamente, de um topónimo muito antigo ainda hoje existente. Mário Saa, citado por Jorge Alarcão (1988, II (3): n.º 6/323), referiu-se ao sítio como Casarão da Mesquita ou Mesquita do Morgado, dando conta do achamento aí de “alicerces, colunas, cerâmica de construção”. Francisco Bilou, escreve, por seu turno, em relação a esse Monte: “Perto deste local, junto a um antigo moinho arruinado concentra-se uma importante *villa* romana com abundantes vestígios de estruturas, materiais cerâmicos de tipo comum e de revestimento, silhares e um peso de lagar. Apesar deste excepcional património arqueológico o sítio nunca foi alvo de qualquer estudo científico” (Bilou, 2004: 89).

estar, de algum modo, relacionado com a outra flamínia, cujo monumento (esse autêntico) desde muito cedo esteve em Évora: *Flavinus*, obviamente, porque da família de *Flavia Rufina, flaminica provinciae Lusitaniae item coloniae Emeritensis perpetua et municipii Salaciensis* (CIL II 32, IRCP 183). E *Antonius*, pois que, como muito bem viu E. Hübner, *Antonius* fora também o *Quadratus* de CIL V 4365, que lhe dera a inspiração para forjar o monumento.

Por conseguinte, é não apenas o facto de André de Resende, quando queria enaltecer Évora, forjar inscrições de personagens ilustres, mas todo o contexto encomiástico em que esta epígrafe está envolvida. E, por outro lado, a análise mais pormenorizada do monumento em si, do ponto de vista da sua tipologia, como atrás se disse. Farland H. Stanley Jr. não viu (creio) o monumento nem nenhum dos outros mandados fazer por Resende. Estou em crer que, examinando-o agora com atenção (Fig. 4) e comparando-o com outro (CIL II 16*), cuja autenticidade ninguém advoga – na tipologia, no traçado dos caracteres (Fig. 5)... –, facilmente compreenderá as nossas razões.



Fig. 4 – Outro ângulo do monumento a C. A. Flavino.

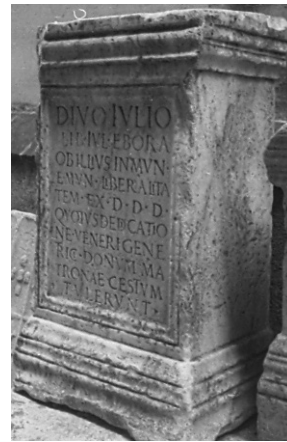


Fig. 5 – O cipo pretensamente dedicado a César (*Divo Iulio*).

André de Resende não foi um falsificador qualquer! Tinha os mais amplos conhecimentos quer da literatura latina quer dos monumentos epigráficos de várias regiões do mundo romano, mormente da Hispânia, da Gália e da Península Itálica. Sabia, além disso, que, para as suas teorias valerem mais, precisava de ter por detrás o testemunho insofismável do documento epigráfico. Não havia nenhum? Não hesitava: mandava-o fazer!

E tanto Emílio Hübner como Mommsen tinham razão.

Não poderia concluir este apontamento sobre o contributo dos investigadores alemães, sem recordar que a grande ligação entre a Alemanha e Portugal, neste âmbito dos estudos epigráficos e linguísticos, se mantém, não apenas no que concerne à

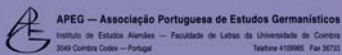
continuação da pesquisa relativa ao novo suplemento do CIL, mas também num domínio em que a investigação epigráfica detém particular papel: o do estudo das línguas pré-romanas. Realizam-se periodicamente colóquios sobre línguas e culturas paleo-hispânicas (o X realizou-se em Lisboa, em Novembro de 2007), e a Comissão responsável pela sua realização integra elementos alemães, espanhóis, franceses e portugueses.

Bibliografia citada

- Abascal Palazón, Juan Manuel (1994), *Los nombres personales en las inscripciones latinas de Hispania*, Múrcia, Univ. de Múrcia.
- Alarcão, Jorge de (1988), *Roman Portugal*, Warminster, Aris & Phillips.
- Barroca, Mário Jorge (2000), *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Bilou, Francisco (2004), *O Sistema Viário Antigo na Região de Évora*, Évora, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo.
- Brito, Frei Bernardo de (1597), *Monarchia Lusytana*, vol. I, Alcobaça (Mosteiro de).
- (1609), *Monarchia Lusytana...*, vol. II, Lisboa, Mosteiro de São Bernardo.
- Cardozo, Mário (1947), *Correspondência epistolar entre Emílio Hübner e Martins Sarmiento (Arqueologia e Epigrafia), 1879-1899*, Guimarães, Sociedade Martins Sarmiento.
- Carvalhoes, José (1903), “Antiguidades romanas de Alfazeirão”, *O Archeologo Portuguez*, 8, p. 90-93.
- Coito, Livia Cristina (1999) (coord.), *Epistolário de José Leite de Vasconcelos*, suplemento n.º 1 – *O Arqueólogo Português*, Lisboa (rol das cartas de Hübner a Leite de Vasconcelos, de 1888 a 1900).
- Dessau, Hermann (1913), “Additamenta nova ad corporis volumen II”, *Ephemeris Epigraphica*, 9, p. 12-185.
- Encarnação, José d’ (1975), *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal*, Lisboa, INCM.
- (1984), *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis – Subsídios para o Estudo da Romanização*, Coimbra, Instituto de Arqueologia, FLUC.
- (1988), “Ficheiro Epigráfico – uma experiência em curso em Portugal”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 27, p. 245-247.
- (1991), “Da invenção de inscrições pelo humanista André de Resende”, *Biblos*, 67, p. 177-205.
- (1998), *Estudos sobre Epigrafia*, Coimbra, Minerva.
- (2002), “André de Resende, epigrafista”, in *Cataldo & André de Resende – Congresso Internacional do Humanismo Português*, Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, p. 305-310.
- Hübner, Emil, *Corpus Inscriptionum Latinarum*, I, 1869; II, 1892, Berlim, Academia das Ciências de Berlim (= CIL).
- (1899), “Additamenta nova ad corporis volumen II”, *Ephemeris Epigraphica*, 8, p. 351-528.

- Jordão, Levy Maria (1859), *Portugaliae Inscriptiones Romanae*, Lisboa, Typis Academicis.
- Lassère, Jean-Marie (2007), *Manuel d'Épigraphie Latine*, Paris, Picard [2.^a ed.].
- Le Roux, Patrick (1982), *L'Armée Romaine et l'Organisation des Provinces Ibériques d'Auguste à l'Invasion de 409*, Paris, de Boccard.
- (1984), “E. Hübner ou le métier d'épigraphiste”, in *Épigraphie Hispanique – Problèmes de Méthode et d'Édition*, Paris, de Boccard, p. 17-31.
- Mantas, Vasco Gil (1986), “Um miliário de Adriano em Alfeizerão”, *Conimbriga*, XXV, p. 213-225.
- Marquardt, Joachim/Theodor Mommsen (1891), *Manuel des antiquités romaines: de l'organisation militaire chez les romains*, traduit par M. Gustav Humbert, Paris, Ernest Thorin.
- Maxfield, Valerie A. (1981), *The Military Decorations of the Roman Army*, Berkeley, Univ. of California Press.
- Petraccia, Maria Federica (2006) (coord.), *Camillo Ramelli e la cultura antiquaria dell'Ottocento*, Roma, L'Erma di Bretschneider.
- Resende, André de (1963), *História da Antiguidade da Cidade de Évora*, in A. R., *Obras Portuguesas*, Lisboa, Sá da Costa, p. 1-69.
- Stanley Jr., Farland H. (1994), “CIL II: Observations on the only *sevir iunior* in Roman Spain”, *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik*, 102, p. 226-230.
- Tranoy, Alain (1981), *La Galice romaine. Recherches sur le nord-ouest de la péninsule ibérique dans l'Antiquité*, Paris, de Boccard.

Apoios



Deutscher Akademischer Austausch Dienst
German Academic Exchange Service

